



Trabalhos Científicos

Título: Sífilis Congênita Em Pernambuco (2019-2024): Paradoxos Do Pré-Natal E Propostas Inovadoras De Monitoramento Da Qualidade Assistencial

Autores: GABRIELA CARDOSO DE ARAÚJO (UNIVERSIDADE IGUAÇU - UNIG), ANDRESSA SUELEN MELO BRITO (UNIVERSIDADE IGUAÇU - UNIG), FERNANDA VIEIRA DA CRUZ (UNIVERSIDADE IGUAÇU - UNIG)

Resumo: Introdução: A sífilis congênita (SC) é uma doença previsível, porém segue em ascensão no Brasil. Esse cenário, reflete a falha no diagnóstico precoce e tratamento oportuno. Nota-se que, o Pernambuco apresenta elevada carga da doença, sendo o estado com maior incidência no Nordeste, mesmo com a expansão da cobertura de pré-natal, evidenciando um paradoxo entre acesso e qualidade.
Objetivos: Analisar o perfil epidemiológico da SC em Pernambuco, entre 2019 a 2024.
Metodologia: Estudo descritivo baseado nos casos confirmados de SC notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no período de 2019 a 2024, que analisou idade materna, escolaridade, raça/cor, realização de pré-natal, momento do diagnóstico e desfecho.
Resultados: Constatou-se que foram notificados 10.406 casos de SC no Pernambuco, sendo o Estado com maior incidência no Nordeste 26,5%. Quanto à faixa etária materna, nota-se que apesar da maior concentração se dá na faixa entre 20 a 29 anos (47,6%), o número de adolescentes grávidas (14,3%) é expressivo e preocupante. Outrossim, embora 76% das mães tenham realizado pré-natal, mais de 1.000 casos ocorreram sem acompanhamento pré-natal, revelando falhas graves na assistência básica. Infere-se que o momento do diagnóstico é muito importante para o desfecho da doença, uma vez que 384 natimortos/abortos se deram em decorrência da sífilis, somando-se a perspectiva que 40% das mães só tiveram a sífilis diagnosticada no momento do parto/curetagem, indicando perda de oportunidade de intervenção. Como consequência 384 natimortos/abortos por sífilis foram registrados (3,7% dos casos), além de 20 casos de sífilis congênita tardia. Destaca-se ainda que o predomínio de mães com baixa escolaridade (até ensino fundamental incompleto, 53,4%), reforçando o impacto das desigualdades sociais no Estado.
Conclusão: Apesar da disponibilidade de diagnóstico e tratamento, Pernambuco apresenta taxas inaceitavelmente altas de sífilis congênita. A inovação desta análise está em evidenciar que o problema vai além do acesso ao pré-natal, envolvendo qualidade da assistência, tratamento dos parceiros e vigilância contínua. Estratégias de intervenção devem incluir testagem ampliada, monitoramento da adesão terapêutica e políticas voltadas para redução das desigualdades sociais e raciais.